BALANÇO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM SÃO PAULO

Liderança do PT

PT Assembleia Legislativa de São Paulo

Índice

Enfrentamento da pandemia de coronavírus no município de São Paulo 4

1 CRONOLOGIA DA CRISE 4
1.1 Medidas adotadas pela Câmara 5
1.2 Medidas adotadas pelo Executivo 6
2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA 10
2.1 Saúde 10
2.2 Educação 14
2.3 Trabalho e Geração de Renda 18
2.4 Assistência Social e Direitos Humanos 21
2.5 Outros Temas 26
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS 27

Enfrentamento da pandemia de coronavírus no Estado de São Paulo 29

1.Aspectos gerais 29
2.Saúde 30
3.Educação 32
4.Trabalho e Geração de Renda 34
5.Agricultura e Alimentação 36
6.Mobilidade e Transportes 38
7.Assistência Social e Direitos Humanos 39
Anexo 43

Enfrentamento da pandemia do Coronavírus no município de São Paulo

Diante do contexto de crise sanitária, resultado da pandemia de Covid-19, doença provocada pelo novo Coronavírus, a Liderança do PT na Câmara Municipal São Paulo, juntamente com a Liderança do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo, instituiu um Comitê de Trabalho para mapear, discutir e analisar as consequências na vida da população. Esse comitê orientou sua formulação pela resolução do Diretório Nacional do PT e, no mesmo sentido, pelas sete medidas constantes na resolução Executiva Municipal do partido. As formulações do grupo também dialogam com a resolução produzida no âmbito da Executiva Estadual do PT-SP.

A iniciativa contou com o apoio dos Diretórios Municipal e Estadual do partido e teve a participação dos mandatos e de movimentos sociais, populares e sindical, organizando-se por meio de Grupos de Trabalho (GTs) temáticos de Saúde, Trabalho e Geração de Renda, Assistência Social e Direitos Humanos e Educação, além de um GT de Comunicação, para articular a intervenção nas redes. Por meio de reuniões online, realizadas uma vez por semana, os grupos discutiram, dentro dos temas dos GTs, os principais assuntos relacionados à pandemia e auxiliaram as Bancadas em suas intervenções no plenário e mesmo nas formulações e interações com o Poder Executivo.

Assim, parlamentares petistas e suas respectivas assessorias têm levado a sério a afirmação de que quarentena não é férias, produzindo um conjunto de análises e formulações que têm o objetivo de permanecer fiscalizando o Executivo, propor medidas para ajudar especialmente a população mais pobre a lidar com o período de pandemia e dar voz aos segmentos sociais historicamente silenciados.

Sabe-se que as discussões que envolvem este momento de crise possuem múltiplas possibilidades de abordagem, de discussões e encaminhamentos, mas neste documento de balanço busca-se, a partir das discussões produzidas no âmbito desse Comitê, construir uma síntese da atuação da Bancada do PT na Câmara Municipal de São Paulo ao longo destes 30 dias de quarentena na Município.

1 CRONOLOGIA DA CRISE

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo Coronavírus, a Covid-19, constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, ou seja, a enfermidade se espalhou por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Desde então o mundo acompanha o aumento expressivo dos casos em todos os continentes.

No Brasil, o primeiro teste positivo para o novo Coronavírus foi confirmado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro: um empresário de 61 anos, que deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, com histórico de viagem de doze dias para Itália, em fevereiro. Morador da cidade de São Paulo, ele havia voltado há cinco dias da região da Lombardia, a mais afetada do país europeu, apresentando sintomas leves da doença.

O Ministério da Saúde informou que toda a família passou a ser monitorada e, dias depois, exames apontaram que uma pessoa ligada ao paciente também estava com o novo Coronavírus e transmitiu o vírus para uma terceira pessoa. A informação oficial é de que todos permaneceram em quarentena em suas casas, pelo período de 14 dias e, duas semanas depois do registro, foi anunciado que o empresário estava curado.

Após o primeiro caso, outros foram registrados no Brasil, a maioria de pessoas que haviam voltado do exterior. Com o passar dos dias, foram registrados casos de transmissão local - quando um paciente infectado não esteve em nenhum país com registro da doença, mas teve contato com outra pessoa infectada - e de transmissão comunitária ou sustentada - quando um paciente infectado que não esteve nos países com registro da doença transmite a doença para outra pessoa que também não viajou.

A primeira morte oficial no Brasil também ocorreu na cidade de São Paulo, no dia 16 de março. Um homem de 62 anos que estava internado no Hospital Sancta Maggiore, da Rede Prevent Sênior, no Paraíso, Zona Sul da capital paulista. Ele tinha histórico de diabetes e hipertensão, além de hiperplasia prostática - um aumento benigno da próstata que não é uma doença, mas uma condição comum em homens mais velhos e que pode causar infecções urinárias. A vítima teve os primeiros sintomas da doença no dia 10 de março, foi internada após quatro dias e faleceu dois dias depois da internação.

Até o fechamento deste documento (20 de abril), o novo Coronavírus havia provocado 2.447.920 infecções e 168.500 mortes em todo o mundo, de acordo com levantamento da Universidade Johns Hopkins (EUA). Com cerca de 760 mil casos, os Estados Unidos se tornaram o epicentro mundial; o Brasil ocupa a 12º posição no ranking, sendo o país que mais concentra ocorrências na América Latina.

Assim, após 30 dias de quarentena em São Paulo e 54 dias desde o registro do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, o município já registra 2.512 óbitos e 39.681 pessoas infectadas.

A seguir serão elencadas e discutidas as medidas adotadas no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo para lidar com a crise a sanitária.

1.1 Medidas adotadas pela Câmara

Em São Paulo, as medidas de isolamento social tiveram início no âmbito do Legislativo, que restringiu o acesso ao prédio da Câmara aos vereadores, funcionários e prestadores de serviços ainda na primeira quinzena de março (Ato nº 1.461, de 12 de março de 2020). Na sequência, estabeleceu o teletrabalho para servidores maiores de 60 anos, gestantes e aqueles com doenças crônicas ou imunodeprimidos e o rodízio no trabalho presencial (Ato nº 1.462, de 16 de março de 2020), inclusive para os estagiários (Ato nº 1463, de 18 de março de 2020). A suspensão definitiva do acesso presencial à Câmara teve início no dia 21 de março (Ato nº 1.464, de 20 de março de 2020).

Diante da intensificação das medidas de isolamento e distanciamento social em todo o estado, os vereadores aprovaram a Resolução nº 3, de 17 de março de 2020, especificando que, durante a pandemia, os projetos que versarem sobre a pandemia de Covid-19 tramitarão em regime de urgência e poderão ser deliberados por meio do Sistema do Plenário Virtual, em Sessões Extraordinárias.

Essa mesma resolução determinou que as Sessões e Reuniões Ordinárias de Comissões presenciais fossem suspensas por 45 dias, enquanto durar a quarentena, a partir de 19 de março. Também suspendeu os prazos de funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e especificou que, caso a quarentena dure mais de 30 dias, o recesso parlamentar de julho de 2020 também será suspenso - o que se consolidou.

A decisão de estabelecer a quarentena na Câmara foi importante na medida em que circulam quatro mil pessoas por dia na sede do Legislativo paulistano, entre visitantes e funcionários - que correspondem a metade disso. Além disso, o fato de haver um sistema eletrônico (que precisou ser adaptado, é verdade) em funcionamento para deliberação de matérias cotidianas, como as denominações e as concessões de honrarias, foi importante para que a medida não inviabilizasse a manutenção das atividades em plenário dos vereadores.

Assim, a Câmara retomou os trabalhos no dia 25 de março, tendo sido realizadas seis Sessões Extraordinárias em ambiente virtual para deliberação de projetos, além das Tribunas Livres para discussão de temas de interesse da cidade - em todas houve intervenção dos vereadores do PT.

Como encaminhamento do Colégio de Líderes, os vereadores construíram um projeto (PL 235/2020), que deu origem à Lei nº 17.338/2020, para transferir valores do Fundo Especial de Despesas da Câmara, originalmente destinado para custear aprimoramentos da Casa. O texto tem autoria dos 55 vereadores e autoriza a transferência imediata de R$ 38 milhões do Legislativo paulistano para a Prefeitura. Na mesma linha, os vereadores também aprovaram o PL 248/2020, do Tribunal de Contas do Município, transferindo recursos do Fundo Especial de Despesas do TCM para Prefeitura. Assim, outros R$ 10,2 milhões foram transferidos para a conta única do Tesouro Municipal.

Desta forma, somando os valores da Câmara e do TCM, R$ 50 milhões foram adicionados ao orçamento da Prefeitura de São Paulo para ações de combate ao Cororavírus. Importante mencionar que inicialmente esses valores seriam utilizados exclusivamente na Saúde, mas por sugestão do PT os repasses passaram a ser direcionados também para a Assistência Social, uma área que já vinha sendo desmontada pela atual gestão e que mais do que nunca precisa de reforços para dar conta de atender as populações mais vulneráveis da Cidade.

Muitos vereadores tiveram a iniciativa de apresentar projetos de lei que versam sobre os mais diferentes assuntos que se desdobram diante da conjuntura da pandemia decorrente do novo Coronavírus. Assim, além das iniciativas de cada mandato e das bancadas partidárias, outra discussão encaminhada pelo Colégio de Líderes foi a elaboração de outros dois projetos de autoria coletiva, os quais devem incorporar elementos apresentados pelas diferentes proposituras: um versando sobre tributação e o outro sobre política social.

Assim, a Bancada do PT apresentou um conjunto de propostas para estes dois textos, que tratam de temas que os petistas têm como prioridade. Até o fechamento deste documento a Presidência da Câmara ainda não havia divulgado a versão final dos projetos, de modo que não é possível identificar se e quais as contribuições serão acatadas. As sugestões, basicamente, visam incorporar uma Renda Básica Emergencial municipal - complementar à federal - no valor de R$ 100; cria um programa de garantia de renda, no valor de R$ 600 específico para artistas populares que atuem no município e prevê um programa de editais para disponibilização de conteúdo online para o mesmo público.

No âmbito econômico, autoriza a Secretaria de Educação a manter, durante a suspensão das aulas, os pagamentos do Transporte Escolar Gratuito (TEG), como forma de auxílio a esses trabalhadores e garantia da retomada do serviço assim que possível o retorno das aulas. Também sugerem a garantia das condições de trabalho na Saúde e na Assistência, por meio da distribuição de EPIs que atendam as normas da OMS e da ANVISA; autoriza a concessão de um abono salarial aos servidores da saúde; incentiva produção de máscaras e distribuição aos munícipes; e propõe a inclusão de um dispositivo que garanta a higienização dos ônibus e a previsão de circulação desses veículos com menos da metade de sua capacidade.

1.2 Medidas adotadas pelo Executivo

No âmbito do Poder Executivo, no dia 16 de março foi decretada situação de emergência no Município de São Paulo (Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020) e ocorreu a suspensão das aulas nas escolas e no dia 20 de março foi suspenso o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais em funcionamento no Município de São Paulo, iniciando oficialmente a quarentena na capital paulista. No Estado, a quarentena teve início no dia 24, com fechamento de serviços não essenciais.

No dia 20 foi declarado estado de calamidade pública (publicação do Decreto nº 59.291, de 20 de março de 2020). De modo geral, o estado de emergência se caracteriza pela iminência de danos à saúde e aos serviços públicos; já o estado de calamidade pública é decretado quando essas situações se instalam.

Na sequência houve o fechamento dos parques municipais e houve a suspensão do atendimento presencial no comércio e prestação de serviços bem como dos Termos de Permissão de Uso (TPU) concedidos a profissionais autônomos; também foi determinada a intensificação das ações de fiscalização do comércio ambulante. Posteriormente, foi publicado um decreto com recomendações de escalonamento no horário de funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços durante o estado de calamidade pública.

Houve ainda a prorrogação, pelo prazo de noventa dias, da validade das Certidões Conjuntas Negativas de Débitos (tributos mobiliários e imobiliários) e das Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativa (tributos mobiliários e imobiliários) emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda. Também foram suspensos o envio de débitos e a inscrição em Dívida Ativa de débitos perante o Município de São Paulo (exceto aqueles que possam prescrever) e a inclusão de pendências no Cadastro Informativo Municipal (Cadin).

Em relação ao uso de máscaras de proteção facial como meio complementar de prevenção ao coronavírus, foi publicada recomendação para que, sem prejuízo de todas as recomendações profiláticas e de isolamento social das autoridades públicas, toda a população, sempre que possível e quando for necessário sair de casa, utilize máscaras caseiras, confeccionadas conforme orientações do Ministério da Saúde. Especifica, ainda, que os fabricantes e distribuidores de máscaras para uso profissional garantam prioritariamente o suficiente abastecimento da rede de assistência e atenção à saúde e, subsidiariamente, dos profissionais dos demais serviços essenciais.

Apesar das coletivas de imprensa diárias feitas pelo Prefeito Bruno Covas ao lado do Governador João Doria (ambos do PSDB) e de secretários, assessores e técnicos das gestões, muitos anúncios não encontram materialidade nas medidas efetivadas pelas gestões. Além disso, há muita dificuldade na obtenção de dados sobre a pandemia no município, já que as informações sobre contágio, mortes e leitos (disponibilidade e ocupação) não são disponibilizadas em tempo real. Esse tem sido um dos principais pontos de reclamação da Bancada do PT e de denúncia dos sindicatos e organizações de saúde.

Até agora a Prefeitura de São Paulo emitiu apenas dois boletins epidemiológicos com informações sobre a no Município, em 31/3 e 17/4, onde constam dados desagregados por região, permitindo corroborar pontos que já vinham sendo denunciados pelo PT e os movimentos sociais. Por exemplo o fato de que a letalidade por Covid-19 está diretamente ligada às desigualdades sociais, sendo de quase 73% na Brasilândia e de 2,3% no Morumbi.

Apesar de não haver dados desagregados por raça no município, os dados do Ministério da saúde apontam maior letalidade da doença entre os negros: 23,1% dos hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave são pretos e pardos, mas representam 32,8% das vítimas de Covid-19; já dentre os brancos, 73,9% são os hospitalizados e 64,5% as vítimas fatais (dados divulgados em 10 de abril).

Importante mencionar que na última semana a prefeitura publicou um Decreto determinando que os hospitais localizados no Município de São Paulo informem diariamente, até as 21h, o número de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) disponíveis e ocupados no dia da informação. A medida, desde que publicada pelo Executivo, pode dar mais transparência e celeridade às informações.

A Prefeitura entregou dois hospitais de campanha, no Pacaembu (200 leitos) e no Anhembi, respectivamente com 200 e 1800 leitos de baixa complexidade. E o governo do Estado anunciou para 1º de Maio a entrega da terceira unidade do Município, que vai funcionar no complexo do Ibirapuera, oferecendo 240 leitos de baixa complexidade e 28 leitos de estabilização para pacientes mais graves.

Desde o início da crise a Bancada do PT vem defendendo a inauguração do hospital da Brasilândia, a utilização da área disponível do Hospital de Parelheiros e a reabertura do Hospital Sorocabana para oferta de leitos para tratamento. Houve o anúncio da inauguração do Brasilândia para o início de Maio, apesar de estar localizado no bairro com o maior índice de mortes; Parelheiros foi indicado como hospital de referência e já possui 20 leitos para tratamento de casos graves em funcionamento e a previsão de ampliação; foi inaugurado no dia 18 o Hospital Municipal da Bela Vista, com 124 leitos, sendo 29 deles de UTIs.

Não há, entretanto, interesse do Executivo em reabrir o Sorocabana, na Lapa, fechado desde 2009, e que poderia abrigar 200 leitos para tratar doentes da Covid-19, o que a Bancada do PT, junto com o movimento pela reabertura da unidade, consideram um erro.

Em relação à Assistência Social, a ação Cidade Solidária, instituída para prover ajuda humanitária durante o estado de calamidade pública, por meio de doações da sociedade civil, é bem vinda, porém insuficiente. Os vereadores do PT defendem a distribuição massiva de alimentos e produtos de higiene, além de um programa estruturado de transferência de renda.

Faltam espaços formais de interação entre o poder público e as organizações da sociedade civil para dialogar e construir saídas para a crise, bem como promover interações capazes de verificar a efetividade das ações propostas na ponta. Os espaços colegiados oficializados se resumem à Câmara de Integração Institucional, que tem por finalidade monitorar, analisar, discutir e opinar quanto às medidas a serem adotadas para minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19, composta pelo Prefeito, o Chefe de Gabinete do Prefeito e os secretários de Governo, Justiça e Saúde, convidando a Câmara e o TCM. O vereador Donato, na condição de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, participa deste fórum.

Há, ainda, um Grupo Executivo Intersecretarial com o objetivo de planejar, propor, acompanhar e articular as ações relativas aos procedimentos preparatórios e de realização das inumações decorrentes de óbitos pela Covid-19, composto pelo Secretário Municipal das Subprefeituras, a quem caberá a sua coordenação, pelo Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo e por representantes das Secretarias de Governo Municipal, de Segurança Urbana, da Saúde e de Justiça.

Do ponto de vista legislativo, o Executivo encaminhou para a Câmara Municipal o PL 180/2020 (posteriormente convertido na Lei nº 17.335/2020), para realizar medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços, finanças públicas e outras medidas. O texto recebeu 72 emendas dos vereadores, sendo 15 delas de autoria da Bancada do PT; 32 emendas tiveram o apoio necessário para ir à votação (ao menos 19 adesões), dez dentre as do PT.

O bloco de emendas aprovadas incluia uma dois assuntos sem relação com o tema original do projeto, muito menos com o assunto que os vereadores determinaram que seria objeto do Plenário Virtual estritamente no período da quarentena – a pandemia do Coronavírus. Trata-se de uma emenda do Presidente da Câmara sobre a jornada de trabalho dos servidores exercendo cargo em comissão na carreira e não no período da quarentena e, o ponto mais problemático, acrescentando um dispositivo à Lei que criou a Controladoria Geral do Município (CGM) para que as decisões do órgão fossem submetidas à uma Comissão Intersecretarial de Julgamento, subordinada ao Prefeito De autoria da Bancada do PT foi aprovada a emenda

De autoria da Bancada do PT foi aprovada a emenda que excluiu a possibilidade de utilização dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento (composto pelos recursos das desestatizações) para o pagamento da dívida pública do município. Havia outras duas propostas similares apresentadas por vereadores de outros partidos. Além dessa, a que incluiu aproximadamente R$ 600 milhões das outorgas onerosas aos recursos que poderão ser utilizados durante a pandemia do Coronavírus também foi aprovada. Contudo, a proposta de ampliar os recursos tinha a finalidade de viabilizar a Renda Básica Emergencial, o que foi recusado pela base governista.

Os vereadores do PT defendiam a votação individual das emendas, possibilitando registrar apoiamento ou rejeição ao conteúdo de cada propositura, o que a votação em bloco inibiu. Assim, os petistas votaram a favor do projeto nas duas deliberações, mas não participaram da votação do bloco de emendas

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A seguir será apresentado um balanço da atuação da Bancada de Vereadores do PT de São Paulo durante o primeiro mês da quarentena no município. O texto está estruturado em quatro grandes temas - “Saúde”, “Educação”, “Trabalho e Geração de Renda” e “Assistência Social e Direitos Humanos” -, pontuando os principais assuntos que discutidos nesse período à partir de um diagnóstico, Do que foi feito pelo governo, a avaliação da bancada e os instrumentos utilizados pelos petistas para buscar soluções.

2.1 Saúde

As entidades sindicais reclamavam da falta de diálogo da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-SP) com a sociedade civil (Sindicatos e Fóruns) para enfrentamento da pandemia Covid-19, em resposta o Executivo instalou no dia 08 de abril a Mesa Técnica para discussão e acompanhamento da evolução da pandemia do Covid-19, visando amplo debate com os conselhos, sindicatos e órgãos de classes, no intuito de assegurar a participação e adesão coletiva ao enfrentamento da epidemia.

2.1.1 Falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os trabalhadores da Saúde

Diagnóstico

Funcionários, sindicatos e a imprensa divulgaram a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) essenciais como máscaras, óculos, luvas, gorros, capote impermeável e álcool gel para os profissionais de saúde. A ausência de equipamentos básicos colocou em risco de contágio com o Covid-19 profissionais da saúde e da assistência social.

O que o governo fez

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo optou pela estratégia de minimizar a situação, depois alegou que eram falsas as alegações de falta de EPIs, especialmente do Hospital Municipal Doutor Carmino Caricchio. O resultado não poderia ser pior, no dia 15 de abril o órgão divulgou que 3.876 servidores foram afastados, 532 com Covid-19 e 11 mortos.

Qual a crítica do PT/bancada

Enquanto o Secretário de Saúde publicava fotos e vídeos dos hospitais de campanha os servidores da saúde estavam atendendo infectados sem equipamentos de proteção individual. O planejamento das ações de combate a pandemia não pode se guiar por manchetes nos jornais, não se pode privilegiar ações isoladas, os paulistanos precisam que o sistema de saúde funcione de ponta a ponta, da periferia ao centro. Os profissionais de saúde são os heróis do SUS, mas não cabe a eles serem mártires.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?
Os vereadores petistas denunciaram em todas as esferas de atuação a situação dos profissionais de saúde. A vereadora Juliana Cardoso apresentou o Projeto de Lei nº 236/2020 que instituiu medidas e ações emergências para prevenir o contágio dos agentes que atuam diretamente no atendimento ao público. O Vereador Reis, por sua vez, vem denunciou a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) especialmente para as trabalhadoras e os trabalhadores da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

2.1.2 Falta de insumos e equipamentos de Saúde em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Pronto Atendimento

Diagnóstico
Há falta de medicamentos, de materiais hospitalares e equipamentos destinados ao atendimento das vítimas do coronavírus nas UBS e Pronto atendimentos.

O que o governo fez
A Prefeitura de São Paulo remanejou recursos orçamentários visando atender a nova demanda de serviços.

Qual a crítica do PT/bancada
Apesar das recentes aquisições inúmeras unidades de saúde não estão equipadas adequadamente. Os vereadores do PT alertavam que desde o ano anterior a administração municipal não adquiriu os equipamentos necessários para o pleno funcionamento das unidades, mesmo registrando recordes de recursos disponíveis em caixa.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?
A Comissão Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores de São Paulo apontou como uma das medidas a serem adotadas pela Prefeitura durante o período de emergência sanitária em decorrência da pandemia de Coronavírus era aumentar o número de locais para exames; de leitos devidamente equipados para tratamento; de medicamentos e insumos específicos para o tratamento do coronavírus. Neste intuito, o vereador Antônio Donato apresentou o Projeto de Lei nº 160/2020, que destina os recursos disponíveis nos fundos para ampliação, reforma ou readequação de hospitais, para construção de novos leitos hospitalares, para aquisição ou aluguel de leitos e equipamentos hospitalares da rede privada e aquisição de equipamentos, medicamentos e materiais hospitalares destinados ao atendimento das vítimas do coronavírus.

2.1.3 Convocação dos aprovados em concursos da saúde

Diagnóstico
O Secretário de Governo, Mauro Ricardo, conhecido por seus excessos no contingenciamento de recursos, trabalha para o esvaziamento do serviço público. No primeiro semestre de 2019 deixou que o prazo para chamamento dos aprovados no concurso de assistência social expirasse sem nomeá-los. O concurso para área de saúde segue o mesmo destino, não há sensatez para efetivar as contratações nem mesmo com a urgente necessidade de contratação de profissionais para atuarem neste momento de crise do sistema de saúde.

O que o governo fez

Os problemas na prestação de serviços das Organizações Sociais não impediram o governo de terceirizar o atendimento de saúde e desprezar a convocação dos aprovados em concurso.

Qual a crítica do PT/bancada

A comparação dos recursos orçados em 2020 em relação a 2016 da pasta da Saúde demonstra as opções adotadas pelo governo municipal, enquanto os recursos orçamentários destinados à Organizações Sociais cresceram 75% no período, os valores destinados ao pagamento de servidores da saúde recuou 4,3%. Este brusco redirecionamento de recursos ao setor privado não é orientado pelo interesse público, a falta de reposição dos profissionais de saúde prejudica tanto a rede direta como a indireta e quem mais perde é o cidadão.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

Em ofício encaminhado ao prefeito a Comissão Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores de São Paulo reiterou a necessidade de convocação de todos os profissionais de saúde aprovados em concursos públicos do município. A vereadora Juliana Cardoso, também incluiu no Projeto de Lei 236/200 a previsão de nomeação imediata para complementação de todas as vagas os concursos vigentes nos serviços essenciais.

2.1.4 Baixo número de testagem

Diagnóstico

Para vencer a pandemia há alguns requisitos, como alimentar uma base de dados confiável sobre o vírus, em especial a velocidade de propagação do vírus na cidade de São Paulo, pois sem saber o ritmo de contágio é impossível prever a necessidade de suprimentos, equipamentos e profissionais de saúde, muito menos verificar se as medidas de isolamento social estão gerando os efeitos esperados. O baixo número de pessoas testadas em São Paulo é um indicador grave da magnitude da crise na cidade. Não basta a população paulistana ficar em casa, a Prefeitura de São Paulo precisa ampliar a capacidade de testagem.

O que o governo fez

As autoridades públicas reconheceram que os casos estão subnotificados, mas não apresentaram ainda um plano de testagem adequado para medir a rápida expansão da propagação do vírus na cidade.

Qual a crítica do PT/bancada

A Prefeitura de São Paulo suspendeu o cumprimento dos prazos previstos na lei de acesso à informação e reduziu, em lei, os poderes da Controladoria Geral do Município, gerando inclusive o pedido de demissão do Controlador Geral Município. Ambas as ações prejudicaram ainda mais o acompanhamento dos casos de Covid-19 no município de São Paulo.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?
Além do ofício do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores ao prefeito que reitera a importância da testagem em massa, o vereador Jair Tatto propôs a criação do serviço de triagem para realização de testes para o Covid-19 nos estabelecimentos de saúde e em unidades móveis por meio do Projeto de Lei 219/2020.

2.1.5 Construção de leitos nas periferias

Diagnóstico
A ausência de planejamento e atenção com as comunidades mais pobres e do extremo da cidade de São Paulo, somado ao fato de que há poucos hospitais nestas localidades, indica que estas regiões serão as mais afetadas com a pandemia em curto prazo. Até o momento não foi construído nenhum hospital de campanha na periferia, privilegiando regiões centrais como Anhembi, Pacaembu e Parque do Ibirapuera.

O que o governo fez
Diferente dos símbolos da Secretaria Municipal de Saúde no combate da Covid-19 na região central, as iniciativas anunciadas para periferia da cidade de São Paulo estão atrasadas ou mesmo não saíram do papel. O Hospital do Campo Limpo está complementamente lotado, a população está exposta, sem equipamentos de proteção, na Zona Leste o Hospital do Tatuapé, da Cidade Tiradentes, de Ermelino Matarazzo, de São Miguel (Tide Setúbal) e da Mooca (Dr. Inácio Proença Gouveia) estão entrando em colapso, com 100% da ocupação dos leitos.

Qual a crítica do PT/bancada
A construção dos leitos hospitalares precisa ser descentralizada, a periferia carece de equipamentos de saúde e as estratégias para ampliar o número de leitos devem se referenciar nas regiões com maior densidade populacional e menor número leitos. Há necessidade de uma ação conjunta com a ativação de espaços existentes na periferia, como o Hospital de Parelheiros e da Brasilândia, que possuem condições para operar exclusivamente para o tratamento de covid-19, e criação de hospitais de campanha descentralizadas, com opções viáveis tanto no Autódromo de Interlagos como no estacionamento da Arena Corinthians.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?
Os vereadores Senival Moura e Alessandro Guedes e a vereadora Juliana Cardoso já manifestaram posições públicas sobre a necessidade de criação de um hospital de campanha na zona leste, com possibilidade mais viável no estacionamento da Arena Corinthians. O Vereador Arselino Tatto fez uma indicação para que a Prefeitura instale um hospital de campanha no Autódromo de Interlagos e o Diretório Municipal e a Comissão Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores de São Paulo aprovou documento endereçado ao Prefeito Bruno Covas sugerindo a adoção de um plano de emergência para a construção de Hospitais de Campanha nas regiões periféricas de São Paulo.

2.1.6 Reabertura do hospital Sorocabana como centro de tratamento da Covid-19

Diagnóstico
Os moradores da Lapa, na zona oeste da capital paulista, que travam uma luta de mais de 10 anos pela reabertura do Hospital Sorocabana. O local atendia pelo SUS e está desativado desde 2010 após a associação que administrava a unidade devolver o prédio ao governo estadual. A solicitação é de reativação imediata como hospital de tratamento para Covid-19, uma vez que, o hospital possui capacidade para instalação de, no mínimo, 150 leitos.

O que o governo fez
A Secretaria Municipal da Saúde alega que o terreno onde se localiza o Hospital Sorocabana pertence ao Governo do Estado, a administração municipal já havia oferecido o Instituto Dante Pazzanese, uma área municipal próxima, como possibilidade de permuta para viabilizar a sua reativação, mas segundo a órgão a transação foi considerada inviável por questões jurídicas.

Qual a crítica do PT/bancada
Para os parlamentares petistas devido a falta de leitos no SUS na zona oeste a reabertura do Hospital Sorocabana seria essencial. A retomada poderia estar em andamento se houvesse cooperação entre as esferas estadual, municipal e federal. O SUS precisa desse equipamento, que não pode ser entregue ao mercado imobiliário e de saúde privada. O governador Doria quis conceder o hospital à rede privada quando estava na prefeitura, se orientando por motivos alheios ao interesse público.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?
A vereadora Juliana Cardoso apresentou o Projeto de Lei 236/2020 que requer a reabertura imediata o Hospital Sorocabana para ser incluído nos planos de contingência da pandemia do coronavírus
Covid-19.

2.2 Educação

Um dos serviços públicos mais afetados diretamente pelas medidas de isolamento social é a educação. Os sindicatos da categoria e os fóruns de classe têm sistematicamente denunciado a falta de diálogo com a Secretaria Municipal de Educação (SME), assim como demandam a constituição de uma mesa técnica de emergência para apresentar as reivindicações e discutir iniciativas do poder pública, Contudo, não houve qualquer sinalização de que este espaço será instalado.

Algumas discussões que estão para além das atribuições do município devem ser encaradas, como a imediata renovação do Fundeb, que é a principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil e perderá a validade no dia 31 de dezembro deste ano. O Congresso Nacional precisa tornar essa uma fonte permanente de recursos e ampliar a participação de investimentos federais para manter o funcionamento de creches, educação infantil, ensinos fundamental e médio, e educação de jovens e adultos, para que os municípios tenham a real capacidade de oferecer educação de qualidade.

Outra medida que precisa ser encaminhada em nível nacional é a revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida por Teto dos Gastos e que durante a tramitação os movimentos chamavam de PEC da Morte. A norma retirou e congelou investimentos nas áreas sociais (saúde, educação e assistência social) até 2036. O resultado do sucateamento da educação, inclusive no que se refere a ciência, tecnologia e pesquisa, está sendo duramente observado neste período de crise sanitária.

É preciso buscar alternativas para assegurar que a ducação seja de fato um direito de todas e todos, tendo no Estado seu principal provedor, em condições plenas para garantir acesso, permanência e
qualidade.

2.2.1 Manutenção dos gestores educacionais em plantão diário

Diagnóstico
A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo determinou a manutenção das escolas abertas e com gestores trabalhando diariamente, sob a justificativa de preservar a segurança dos equipamentos.

O que o governo fez
A Instrução Normativa SME nº 13, de 19 de março de 2020, antecipou o recesso escolar na rede municipal para o período de 23 de março a 9 de abril de 2020 (art. 3º); também determinou o atendimento telefônico ao público diariamente, das 10 às 16h, com a equipe em plantão durante o horário de expediente tradicional (art. 4º).

Crítica da Bancada do PT
As iniciativas adotadas pela Prefeitura para promover o isolamento social não se estenderam aos trabalhadores da educação, que permanecem diretamente expostos ao Coronavírus. Nenhum equipamento de proteção individual foi disponibilizado para esses profissionais. Soma-se a isso o fato de que a função de preservar o patrimônio não está na competência dos gestores educacionais. Por fim, apesar da insistência do plantão na rede, sequer foi apresentado um plano de ação para a utilização destes espaços, que poderiam ser utilizados como pontos de apoio para as áreas da Saúde e da Assistência Social.

Principais ações da Bancada do PT
O vereador Alfredinho divulgou uma nota em nome da Bancada do PT, defendendo o fechamento total das unidades escolares e a dispensa remuneradas dos servidores, inclusive os terceirizados. Demanda, ainda, a apresentação de um plano indicando equipamentos que eventualmente possam ser utilizados para apoio às ações de saúde pública.

2.2.2 Merenda para Estudantes da Rede Municipal de Educação

Diagnóstico

A merenda escolar assegura o consumo mínimo de alimentos durante o ano letivo para muitas crianças, que podem ter sua segurança alimentar ameaçada durante a pandemia. Diante do isolamento social imposto para conter a disseminação do Coronavírus, os mais de um milhão de estudantes da rede municipal ficaram sem acesso a merenda escolar.

O que o governo fez

A Prefeitura de São Paulo lançou o Programa Cartão Merenda, que atende 273 mil crianças cujas famílias estão cadastrados no Bolsa-Família, além de outras 80 mil famílias que atendem aos critérios do CadÚnico mas não recebem o benefícios. O recurso utilizado faz parte do Programa Alimentação Escolar, do Governo Federal. Os valores a serem repassados em crédito aos estudantes serão mensalmente os seguintes: para crianças que frequentam creches ou Centros de Educação Integrada (CEIs) o benefício será de R$ 101; para os matriculados na educação nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), o valor é de R$ 63; e para os matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), o valor é de R$ 55. O Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação emergência no município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente da Coronavírus, também determina que a Secretaria Municipal de Educação busque alternativas para o fornecimento de alimentação para os estudantes (art. 16).

Qual a crítica do PT/bancada

A falta de planejamento e a omissão dos tucanos em priorizar o combate a fome durante esse período de emergência resultou em uma medida que atende apenas um terço das crianças da rede e utiliza exclusivamente os recursos da merenda, que é uma fonte federal. Com isso, ficam de fora as Escolas de Ensino Médio, a Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS), bem como os estudantes do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

Durante a discussão do PL 180/2020, do Executivo, que tratou de medidas para combater a pandemia, a Bancada do PT apresentou uma emenda criando um cartão alimentação, que foi rejeitada pela base governista. Na sequência, os petistas apresentaram o PL 213/2020, de autoria dos nove vereadores do PT, apontando parte do orçamento previsto para a Câmara e o TCM como fonte para atingir ao menos um milhão de estudantes. Eles também subscreveram o PL 208/2020, junto com o vereador Dalton Silvano (DEM) e outros, que também trata deste assunto. NOTA DO SETORIAL ITEM 2

2.2.3 O “Ensino Remoto” e a distribuição de apostilas aos Estudantes

Diagnóstico

O recesso escolar na rede municipal de ensino, que foi antecipado diante da necessidade de isolamento social para conter a disseminação do Coronavírus, foi encerrado no último dia 9. Diante disso, ressurge a questão da manutenção do vínculo educacional entre professores e estudantes para dar conta do calendário letivo. A Secretaria Municipal de Educação instituiu uma proposta que conceituou como “Ensino Remoto”, distribuindo aos estudantes uma apostila denominada “Trilhas da Aprendizagem”.

O que o governo fez

O Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação emergência no município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente da Coronavírus, especifica que a Secretaria Municipal de Educação deve promover a interrupção gradual das aulas na rede pública de ensino, com orientação dos responsáveis e alunos acerca da Covid-19 e a demais medidas preventivas; também prevê que sejam adotadas medidas visando a operacionalização de ensino à distância (art. 16). O Conselho Municipal de Educação (CME), por sua vez, publicou a Recomendação CME nº 02/2020, no dia 19 de março de 2020, para que sejam adotadas medidas visando a operacionalização de ensino a distância.

Qual a crítica do PT/bancada

As medidas da SME foram anunciadas de forma unilateral, sem diálogo com a rede e com seus representantes. Não houve - nem há previsão de que haja - formação ou qualquer oferta de assistência tecnológica (computadores e/ou tablets e acesso à internet) aos professores e estudantes. O material fornecido tem a proposta pedagógica apenas parcialmente vinculada ao Plano Nacional de Educação (PNE), ao Plano Municipal de Educação (PME), ao Currículo Cidade ou ao Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares. Além disso, os Professores não tiveram acesso a esse conteúdo para adaptar seu planejamento à essa metodologia.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

O Setorial Municipal de Educação do PT, juntamente com a Bancada e o Diretório, publicaram uma nota pública denominada “Pandemia e Luta por Direito à Educação”, com propostas para assegurar a universalidade dos direitos sociais dos estudantes da rede pública e garantindo seu direito de acesso e permanência. Dentre elas, está a disponibilização de aplicativos e serviços de banda larga para estudantes e seus responsáveis, bem como aos trabalhadores da educação, estendendo o benefício para todas as modalidades de ensino da rede municipal. Defendem, ainda, que a reorganização do calendário escolar seja ao final da pandemia, quando forem retomadas as aulas presenciais, e em diálogo com os Conselhos de Escola para reorganizar o Calendário Escolar. Está sendo protocolado um PL para distribuição equipamentos como computadores e tablets e banda larga para estudantes e trabalhadores.

2.3 Trabalho e Geração de Renda

2.3.1 Renda Básica Emergencial

Diagnóstico

Apesar do apoio unânime das elites e da mídia à agenda econômica de redução de direitos e precarização do trabalho do governo Bolsonaro a estagnação econômica já era uma realidade, o emprego apresentava sinais de piora, em fevereiro o número de desempregados foi de 12,3 milhões. Com o início da quarentena as dificuldades financeiras da parcela mais vulnerável da população aumentaram significativamente, as famílias brasileiras necessitavam de apoio urgente para enfrentar o coronavírus, uma das alternativas era a implementação de uma política de Renda Básica Emergencial aos mais desprotegidos.

O que o governo fez

O governo Bolsonaro se esquivou, tentou diminuir os impactos da COVID-19 e quando o brasileiro já enfrentava a fome apresentou uma proposta de destinação de R$ 200,00 por 3 meses, exclusiva aos profissionais autônomos. Em âmbito municipal, a Prefeitura de São Paulo propôs a liberação de recursos vinculados dos fundos municipais para a utilização indiscriminada com qualquer projeto, não se comprometendo com a criação de uma política de distribuição de renda para população paulistana.

Qual a crítica do PT/bancada

Os deputados e senadores petistas, em conjunto com os demais partidos de oposição, demonstraram a fragilidade da proposta do ministro Paulo Guedes e do presidente Bolsonaro, criticando tanto o escopo, apenas profissionais autônomos, como o valor reduzido do benefício proposto em âmbito municipal. Na capital paulista a bancada de vereadores petista cobrou da administração municipal um papel mais ativo em políticas de transferência de renda, a cidade que encerrou o ano de 2019 com mais de R$ 12 bilhões em caixa poderia arcar com políticas de transferência de renda aos mais necessitados, ampliando o número de munícipes com acesso a renda

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

No Congresso Nacional a oposição derrotou o governo Bolsonaro com a aprovação do auxílio emergencial de R$ 600,00 que inclui todos sem emprego formal, maiores de 18 anos, que não esteja recebendo outro benefício do governo federal e que tenham renda familiar de até 3 salários mínimos. Na cidade de São Paulo a bancada de vereadores petista apresentou emenda para que todos os recursos dos fundos municipais fossem comprometidos com ações decorrentes da pandemia do Coronavírus, e que estes custeassem a criação da Renda Básica Emergencial, destinada a famílias com renda de até três salários mínimos, inscritas no CADÚnico, trabalhadores informais, MEI, catadores e ambulantes, estas também são as bases dos Projetos de Lei nº 207/2020, que dispõe sobre a criação do Programa de Renda Básica Emergencial Municipal, em decorrência da Pandemia de Covid-19 e do Projeto de Lei nº 160/2020, que institui o Fundo Municipal Emergencial de Combate aos efeitos do Coronavírus, respectivamente, dos vereadores Eduardo Suplicy e Antonio Donato.

2.3.2. Medidas de apoio às micro e pequenas empresas

Diagnóstico

É falso o dilema entre saúde e economia, precisamos salvar vidas e criar respostas para manter o sistema econômico em funcionamento. Não há tempo para hesitação, é necessária coordenação política para enfrentar uma crise sanitária prolongada com intensidade capaz de destruir a forma de organização em sociedade, desestruturando cadeias produtivas inteiras. Não podemos aceitar que um país que criava tecnologia para extração de petróleo em altas profundezas fique dependente de importação de máscaras de proteção.

O que o governo fez?

A esta altura é evidente que não temos liderança em âmbito nacional para uma coordenação econômica, o presidente Bolsonaro líquida em uma velocidade alucinante todas as possibilidades de cooperação e articulação dos poderes para a adoção de um plano nacional de enfrentamento da pandemia do coronavírus e da crise brasileira. Por outro lado, a Prefeitura de São Paulo não apresentou nenhuma medida relevante sobre as questões econômicas e tributárias que afetam diretamente os paulistanos, tanto no campo do emprego como para manter saudáveis financeiramente as milhares de micro e pequenas empresas.

Qual a crítica do PT/bancada

A conta da crise não pode ser paga pelo trabalhador, com redução de salários e demissões. As multinacionais e bancos não podem receber benefícios do governo enquanto a população arca com as consequências, as medidas precisam ser equilibradas com a manutenção de emprego e renda. Nesse sentido, a Prefeitura de São Paulo possui responsabilidade em promover iniciativas que preservem a continuidade de micro e pequenas que são as maiores empregadoras do município, sendo eixo de sustentação da retomada das atividades econômicas na cidade.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

Preocupados com a manutenção do emprego e da renda os vereadores petistas apresentaram três Projetos de Lei. O PL 244/2020, de autoria do vereador Jair Tatto, visa que todo o recurso disponível aos servidores públicos retorne imediatamente ao setor produtivo, por isso, requer a suspensão do cumprimento de obrigações financeiras referentes a empréstimos consignados durante a vigência do estado de emergência. Já os PLs 157/2020 e 158/2020, ambos de autoria do vereador Alfredinho, líder da Bancada do PT na Câmara Municipal, aliviam o peso dos tributos para as pequenas empresas de comércio e serviços, o primeiro requer a prorrogação pelo prazo de 180 dias para pagamento das parcelas de IPTU, ISS, multas de trânsito e ITBI, e o segundo a prorrogação automática e sem custo, por 180 dias, dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos.

2.3.3. Trabalhadores da Cultura

Diagnóstico

Diante da determinação para o fechamento do comércio, e todas as áreas de lazer públicas e privadas, se fazem necessárias algumas ações, tanto para que amparar os artistas da cidade, quanto para levar entretenimento à população que se encontra reclusa em seus lares.

O que o governo fez

A Secretaria Municipal de Cultura lançou o projeto Janelas em São Paulo, com o objetivo de manter parte da produção cultural, uma vez que, todos os shows, peças e exposições foram canceladas para evitar aglomerações. Entretanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu o projeto, alegando que não havia previsão orçamentária para realização de tais ações, e em especial, a ausência de um plano coordenado para fomentar os demais setores que sofrem o impacto financeiro com a crise.

Qual a crítica do PT/bancada

A Secretaria Municipal de Cultura apresentou um edital de seleção genérico, em que não expressa com clareza os critérios de seleção dos proponentes, como há um limite para seleção de projetos é necessária a definição de critérios objetivos para selecionar os proponentes e evitar deste modo a utilização da crise para benefícios políticos, pois o então Secretário de Cultura, e atual assessor especial de gabinete do prefeito, é cotado como possível candidato a vice-prefeito.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

A vereadora Juliana Cardoso apresentou o Projeto de Lei nº 233/2020, que visa a realização de ações concretas e objetivas do Município em benefícios dos trabalhadores da cultura, durante o período do Coronavirus.

2.3.4. Povo faminto: programas de acesso à alimentos

Diagnóstico

A renda das famílias encolheu e, em muitos casos, desapareceu, e a pandemia sequer atingiu o seu pico no país. Se considerarmos o Decreto estadual, teremos pelo menos mais vinte dias de isolamento, e um cenário incerto para os próximos meses.

O que o governo fez

É meritória a cooperação do poder público municipal na Ação Cidade Solidária que conta com o setor privado e o terceiro setor para prover ajuda humanitária às pessoas mais atingidas pela crise econômico-social causada pela pandemia do coronavírus. Esta atividade tem grande potencial para ampliar a sua capilaridade com o apoio de associações de bairro, igrejas, sindicatos, dentre outras organizações formalizadas juridicamente. Entretanto, apenas o Estado tem capacidade para chegar nas famílias que estão nos bairros mais afastados, nas regiões mais periféricas.

Qual a crítica do PT/bancada

O apoio exclusivamente organizacional é insuficiente, sendo necessária uma participação mais incisiva da administração municipal, com aporte de recursos para distribuição de cestas básicas, com produtos de higiene, limpeza e alimentos. É necessário o município adquirir e distribuir cestas básicas, estendendo o benefício de modo a buscar a universalização do atendimento a todas as famílias que foram duramente atingidas pela crise.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

A Bancada de vereadores do PT apresentou o PL 213/2020, que institui, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, um cartão alimentação em que o Executivo Municipal direciona tanto a verba destinada à merenda escolar, quanto recursos adicionais a serem transferidos pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas do Município, para as famílias que possuem alunos na rede municipal de ensino, bem como outras pessoas já cadastradas pela Prefeitura Municipal em outros programas socioassistenciais e programas de distribuição de alimentação. A vereadora Juliana Cardoso previu no Projeto de Lei nº 151/2020 a compra e distribuição de cestas básicas para a população de baixa renda e alto índice de vulnerabilidade e também que os alimentos que seriam utilizados para a preparação das merendas possam se constituir em cesta básica para serem entregues às famílias com filhos matriculados na rede municipal. Já o vereador Senival Moura, apresentou o PL 210/2020 que prevê que os recursos utilizados do FUMCAD deverão ser utilizados, prioritariamente, na distribuição de cestas básicas e kits de higienização. Por fim, o vereador Reis apresentou o Projeto de Lei nº 256/2020, que cria o Programa Emergencial de Segurança Alimentar.

2.4 Assistência Social e Direitos Humanos

2.4.1 Comunidades tradicionais

Diagnóstico

A cidade de São Paulo abriga a quarta maior população indígena do Brasil e o maior número dentre aqueles vivendo em contexto urbano. Os Guaranis Mbya são os únicos aldeados do município, vivendo nas aldeias Krucutu e Tenonde Porã, em Parelheiros, e Tekoah Itu, no Pico do Jaraguá; há, ainda, povos de outras 50 etnias vivendo em bairros e favelas da Capital. O balanço mais recente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde relaciona 23 casos confirmados e considera outros 25 casos suspeitos de Covid-19 entre a população indígena no território nacional, todos na região norte do país, e três mortos. Doenças respiratórias já são a principal causa de morte entre as populações nativas brasileiras, o que torna a pandemia atual especialmente perigosa para esses grupos.

Vale mencionar que desde fevereiro, a Construtora Tenda iniciou a derrubada de centenas de árvores na região do Jaraguá para a construção de um condomínio residencial e os indígenas questionavam o fato de não terem sido consultados sobre a obra em um local sagrado para eles e acionaram a Justiça. A juíza Tatiana Pattaro Pereira, da 14ª Vara Cível Federal em São Paulo, determinou que a Tenda continue impedida de realizar qualquer manejo ou dar andamento às obras até o fim da pandemia de coronavírus e cancelou a audiência de conciliação marcada para 6 de maio, quando a regularidade da obra seria avaliada pelas defensorias públicas paulista (DPE) e da União (DPU), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e os Guarani Mbya.

O que o governo fez

Os indígenas foram listados como grupos prioritários a serem incluídos na 2ª etapa da campanha de vacinação contra a gripe do Município. Não foram identificadas outras medidas com recorte específico para esta população.

Qual a crítica do PT/bancada

É fundamental atender a recomendação do Ministério Público Federal para formulação de um plano de contingência emergencial específico para os indígenas da capital paulista, incluindo ampla vacinação contra a gripe, realização de testes para detectar o coronavírus e medidas de isolamento, ampliando a fiscalização para impedir a circulação de grileiros. A Prefeitura deve distribuir água potável, kits de higiene pessoal e promover ações de orientação e informação sobre contágio da doença, além de distribuir alimentos nas escolas indígenas. Outro ponto é a busca ativa e o cadastramento das famílias que podem receber o auxílio emergencial de R$ 600, para que eles não saiam das terras indígenas.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

O vereador Jair Tatto é o autor do PL 222/2020, que propõe medidas de apoio aos povos indígenas do município de São Paulo em razão da pandemia de Covid-19.

2.4.2 Situação dos equipamentos da Assistência e Desenvolvimento Social

Diagnóstico

Entidades alegam que alguns equipamentos estão com o repasse atrasado e sem previsão de recebimento. Os equipamentos de atendimento às mulheres adotaram o teletrabalho e estão atendendo pessoalmente somente casos em que há risco de morte para a mulher. Faltam EPIs para os trabalhadores da Assistência Social.

O que o governo fez

A Prefeitura anunciou, em março a manutenção dos serviços de acolhimento e de visitação domiciliar para cuidado de idosos da Assistência Social, além do reforço das equipes de abordagem da População em Situação de Rua para acolhimento. O atendimento nos CRAS se daria apenas mediante agendamento e determinou o fechamento dos equipamentos para idosos, adolescentes e crianças. Em Direitos Humanos, os equipamentos permaneceriam abertos, mas sem atividades.

Qual a crítica do PT/bancada

As desigualdades sociais no município apontam para a necessidade de discutir os impactos sobre grupos mais vulneráveis do ponto de vista da renda, como os trabalhadores informais e os desempregados, e observar grupos de extrema vulnerabilidade, como imigrantes, refugiados, dependentes químicos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, negros e indígenas. Além disso, mulheres, idosos e crianças possuem particularidades que não podem ser desprezadas nesse contexto.

As medidas de distanciamento social precisam refletir as especificidades das periferias, considerando especialmente favelas, ocupações e cortiços, onde as famílias dividem o teto sem possibilidade de atender às principais orientações sanitárias. Há, inclusive, denúncia de falta de água nessas localidades. O fechamento dos serviços da Assistência, apesar de necessários para conter a disseminação do vírus, afeta aquelas e aqueles que fazem parte das refeições nesses equipamentos resulta no aumento do tempo de confinamento das famílias. Os equipamentos precisam funcionar de forma a acolher a população em situação de rua, oferecendo condições de higienização, alimentação e abrigamento, além de protocolos definidos para inibir a disseminação do vírus nesta população. Além disso, os trabalhadores devem ter EPIs disponíveis.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

O vereador Antônio Donato apresentou o Projeto de Lei nº 160/2020, que direciona os recursos disponíveis em fundos municipais para o Fundo Municipal Emergencial de Combate aos Efeitos do Coronavírus, que destina recursos para saúde e assistência social.

2.4.3 População em situação de rua

Diagnóstico

A gestão Haddad começou a estruturar uma rede de equipamentos aos moradores em situação de rua em que o seu eixo de funcionamento era a valorização da autonomia em equipamentos pequenos, com quartos com até 4 camas e permissão de entrada com animais, dentre outras medidas. A gestão Doria fechou estes equipamentos e voltou com a estratégia anterior de grandes galpões com dezenas de camas e regras rígidas de funcionamento. Em tempos de pandemia estes grandes equipamentos geram mais apreensão do que proteção, mas há medo de contágio e os equipamentos estão lotados. O que expõe outro fato, não há vagas para todos.

O que o governo fez

As gestões do PSDB na prefeitura e governo estadual não apresentaram nenhuma medida para proteger os que não têm moradia até o final do mês março. Após pressão de movimentos e entidades por novas ações a prefeitura anunciou medidas emergenciais, como a criação de sete novos equipamentos para acolhimento com funcionamento integral. Porém, no meio da crise o governo fechou o Atende 2, que fica na região da Cracolância.

Qual a crítica do PT/bancada

O acolhimento adequado da população em situação de rua é central na estratégia de combate ao Covid-19. É necessário tirar essa população das ruas, mas não cabe repetir estratégias que já estavam dando errado antes da pandemia. Contudo, não é só mudança de estratégia, pois está faltando o básico nos centros de acolhida, como sabão, papel, equipamentos de proteção individual, sem falar no sistema de funcionamento dos equipamentos, falta pactuar rotinas e unificar procedimentos.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

Por meio do Projeto de Lei nº 220/2020 o vereador Jair Tatto propôs que o poder público deve, ao menos, disponibilizar tendas e banheiros químicos para organizações não governamentais sem fins lucrativos em apoio a moradores em situação de rua, e no PL nº 221/2020 autoriza o Executivo a estabelecer convênios com instituições para acolherem a população em situação de rua, permitindo condições para isolamento. A vereadora Juliana Cardoso, além de prever a garantia de equipamentos de proteção individual aos profissionais da assistência social no Projeto de Lei 236/2020, apresentou 10 medidas a serem adotadas, imediatamente, para administração municipal em relação à população em situação de rua. E ainda no Projeto de Lei 211/2020 o vereador Senival Moura prevê medidas de isolamento social, um programa de testagem prioritário e de alimentação aos moradores em situação de rua.

2.4.4 Violência contra mulheres

Diagnóstico

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou, em 2019, um caso de violência doméstica a cada dois minutos no Brasil. Considerando a ampliação dos registros de agressão contra mulheres, no início de Abril a Organização Mundial da Saúde (OMS) solicitou que os países considerem o combate à violência doméstica um serviço essencial, que deve continuar funcionando durante a pandemia. A ONU Mulheres já havia publicado, em Março, um documento pontuando os impactos da Covid-19 na vida das mulheres, ressaltando a possibilidade do aumento da violência doméstica em decorrência do aumento das tensões em casa, muitas vezes em consequência das incertezas de renda ou mesmo pela necessidade de confinamento das famílias. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a quarentena gerou um aumento de quase 9% no número de ligações para o canal Ligue 180. Na cidade de São Paulo, as prisões em flagrante de violência doméstica aumentaram 51% e o número de medidas protetivas expedidas foi ampliado em 30%.

O que o governo fez?

Segundo comunicado da Prefeitura de São Paulo, os serviços de atendimento às mulheres vítimas de iolência, em especial as DDMs (Delegacias de Defesa da Mulher) continuam em funcionamento; os Centros de Cidadania e de Referência da Mulher (CCM / CRM) estão com horário diferenciado, mas a Casa da Mulher Brasileira permanece em atividade 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana; nos CDCM (Centro de Defesa e de Convivência da Mulher) os atendimentos individuais seguem, mas atividades coletivas estão suspensas.; os serviços de alta complexidade, como Centros de Acolhida para Mulheres, estão com as atividades mantidas, assim como o Programa Guardiã Maria da Penha, da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. O registro do boletim de ocorrência de violência doméstica pela internet começou a valer em todo o estado de São Paulo desde 2 de abril - exceto para casos de violência sexual. Em âmbito nacional, foi lançado no dia 2 de abril o aplicativo Direitos Humanos Brasil, em que as vítimas de vários tipos de violações de direitos humanos, incluindo a violência doméstica, poderão entrar em contato com autoridades durante o isolamento e pedir socorro.

Qual a crítica do PT/bancada

A orientação para que as pessoas fiquem em casa durante a pandemia pode representar o aumento do tempo no local que todas as pesquisas indicam ser onde mulheres mais sofrem violência, que é a própria casa. A atuação do executivo tem sido tímida nesse tema, restrita a ações de campanha, sem considerar a relevância da política pública como estratégia para combater a violência contra a mulher, com serviços e equipamentos operando em atenção ao contexto de pandemia.

Quais ações foram feitas pelo PT/bancada?

A vereadora Juliana Cardoso apresentou o PL 236/2020, no qual aponta, entre outras propostas, para a regulamentação da Lei 17.320/20, que trata do pagamento de auxílio aluguel às mulheres em situação de violência. Além disso, propõe a abertura da Casa de Passagem da Zona Sul, a ampliação do efetivo da Ronda Maria da Penha e do Programa Guardiã Maria da Penha e a distribuição do cartão alimentação ou cestas básicas para as mulheres atendidas pelos serviços de enfrentamento à violência. Diante do contexto de aumento dos registros, a parlamentar também tem solicitado a retomada dos trabalhos da CPI da Violência Contra a Mulher.

2.5 Outros Temas

O vereador Eduardo Suplicy subscreve o PL 234/2020, em coautoria com outros nove vereadores, para suprimir um dos artigos da Lei sobre medidas emergenciais para conter a pandemia, que retirou autonomia da Controladoria Geral do Município (CGM) em relação às decisões condenatórias ou sancionatórias proferidas pelo órgão. Com tema alheio ao projeto, incluído por meio de uma emenda do Vereador Eduardo Tuma (PSDB), foi criada uma Comissão Intersecretarial de Julgamento, composta por membros subordinados ao Prefeito e potenciais investigados, e resultou no pedido de demissão do Controlador.

Já o vereador Jair Tatto é autor do Projeto de Resolução (PR) 7/2020, que cria uma ação voluntária de doação de sangue durante a pandemia, e propôs o PL 250/2020, autorizando o Executivo a instituir a gratuidade do transporte coletivo urbano municipal para pais e/ou responsáveis por pacientes menores de idade internados em hospitais da Rede do Sistema Único de Saúde (SUS) do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos serviços essenciais. Continuaremos buscando por soluções que garantam condições dignas e seguras para o exercício da atividade.

Sempre defendemos o SUS; as políticas sociais massivas e inclusivas; o serviço público; as universidades, a ciência, a tecnologia e o meio ambiente. A partir dessas bandeiras históricas, é hora de aprofundar ainda mais as propostas de enfrentamento da crise e as saídas econômicas e sociais para o pós-crise.

Reforçamos a necessidade da construção de uma grande rede popular de solidariedade para que nenhum paulistano e paulistana fique desassistido, assegurando as condições para o isolamento com a acesso a alimentos, material de higiene e medicamentos.

As propostas aqui apresentadas visam derrotar o coronavírus na cidade de São Paulo, resguardar a vida, a economia e as condições de vida do nosso povo. A total inabilidade do presidente Bolsonaro na condução da crise produz uma diferenciação imediata com prefeitos e governadores. Contudo, há uma série de questões sem resposta das autoridades públicas, há muito que fazer para sairmos desta crise.

Os parlamentares petistas continuarão diagnosticando os problemas da cidade, acompanhando as ações da prefeitura, formulando ações e as colocando em prática na defesa da população de São Paulo, toda a nossa energia será no combate à pandemia do coronavírus.

- documento finalizado em 20 de abril de 2020 -

LIDERANÇA DO PT | CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
www.camaraptsp.org.br | bancadapt@saopaulo.sp.leg.br | 11 3396-4474

Liderança do PT

Enfrentamento da pandemia de coronavírus no Estado de São Paulo

A Bancada de Deputadas e de Deputados Estaduais do PT de São Paulo apresenta um breve balanço após completado o primeiro mês da quarentena em virtude da pandemia da Covid-19 no Estado de São Paulo.

Da mesma forma como apresentado pela Bancada de Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, o texto está estruturado em quatro grandes temas - “Saúde”, “Educação”, “Trabalho e Geração de Renda” e “Assistência Social e Direitos Humanos” -, procurando identificar os principais problemas observados nesse período a partir de um diagnóstico, o que foi feito pelo governo do Estado, a avaliação da bancada e os instrumentos utilizados pelos petistas para buscar soluções.

O tema "Trabalho e Geração de Renda" é abordado sob 3 (três) aspectos: Renda Básica Emergencial, Agricultura e Alimentação, e Mobilidade e Transportes.

Assessoria da Bancada de Deputadas e de Deputados Estaduais na Alesp.

1. Aspectos gerais

O Estado de São Paulo, em especial a região metropolitana de São Paulo, é o epicentro da pandemia no País e viverá momentos críticos até, no mínimo, 10 de maio, data para a qual o governo Doria estendeu as medidas de distanciamento social.

O índice de isolamento na Capital, segundo o próprio governo, oscila em torno de 49%, quando o necessário seriam 70%, para obter os melhores resultados no achatamento da curva epidêmica. As demais regiões metropolitanas bem como todas as cidades do Estado começam a contabilizar infectados e óbitos e a COVID-19 se espalha.

Segundo pesquisas do Datafolha, a população segue apoiando o distanciamento majoritariamente, mas sofre as consequências da irresponsabilidade de um presidente da República que insufla seus fanáticos seguidores a pressionarem pela volta de todas as atividades, pisoteando tanto na saúde pública como na democracia, ao pedir intervenção militar direta, fechamento do Congresso e do STF. A Bancada de Deputadas e de Deputados Estaduais do PT de São Paulo tem, assim, o desafio de ajudar o conjunto do Partido em sua intervenção social e política na defesa da vida e da democracia.

Essa intervenção se dá em condições determinadas, de defesa ante a pressão genocida vinda do Palácio do Planalto e de fiscalização dos atos administrativos de um governo estadual ao qual somos oposição. Temos duas responsabilidades: combater a ação deletéria de Bolsonaro e fiscalizar, propositivamente, as ações do governo Doria, olhando para as necessidades concretas da população paulista.

No plano de responsabilidade do Poder Legislativo do Estado de São Paulo, até o presente momento foram aprovados 3 (três) Decretos Legislativos:

1. O Decreto-Legislativo nº 2.493, de 30 de março de 2020, objeto do Projeto de Decreto-Legislativo nº 3/2020, de 27 de março de 2020, que reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Estado de São Paulo até 31 de dezembro de 2020, objeto do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, do governador do Estado, pelo qual ficou definido que caberá ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo o controle e a fiscalização dos atos praticados enquanto perdurar o estado de calamidade pública, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade dos atos administrativos, da despesa e sua execução.

Ficou definido ainda, sem prejuízo do exercício, pelas Comissões da Assembleia Legislativa, das competências conferidas pelo Regimento Interno da Casa Legislativa, a criação de um Grupo de Trabalho, composto por 6 (seis) Deputadas e Deputados, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas pertinentes à emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus (Covid-19). A Bancada de Deputadas e de Deputados Estaduais, a segunda maior da Casa, tem garantida como membro efetivo do Grupo de Trabalho a participação de 1 (um) representante.

2. O Decreto-Legislativo nº 2.494, de 30 de março de 2020, objeto do Projeto de Decreto-Legislativo nº 4/2020, de 27 de março de 2020, que reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública no Município de São Paulo até 31 de dezembro de 2020, objeto do Decreto Municipal nº 59.291, de 20 de março de 2020, que estabeleceu que caberá ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo o controle e a fiscalização dos atos praticados enquanto perdurar o estado de calamidade pública, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade dos atos administrativos, da despesa e sua execução.

3. O Decreto-Legislativo nº 2.495, de 31 de março de 2020, objeto do Projeto de Decreto-Legislativo nº 5/2020, de 27 de março de 2020, que reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública nos municípios que o tenham requerido em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus - Covid19, que estabeleceu que caberá ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo o controle e a fiscalização dos atos praticados enquanto perdurar o estado de calamidade pública, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade dos atos administrativos, da despesa e sua execução.

Além dos Decretos-Legislativos aprovados até o presente momento, há mais de uma centena de proposituras de deputadas e de deputados das várias bancadas que compõem o Poder Legislativo estadual.

Dentre dezenas de iniciativas apresentadas pela Bancada do PT na ALESP, destaca-se um "Programa Emergencial para Enfrentamento do Coronavírus", com seis eixos orientadores. As medidas propostas foram consubstanciadas no Projeto de lei n.º 193 de 2020 que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas emergenciais face à pandemia de COVID-19.

Ao final do presente balanço apresentamos um quadro com todas as proposituras de iniciativa de parlamentares da Bancada estadual do PT até o dia 20 de abril de 2020.

2. Saúde
Edmundo Oliveira

A. Diagnóstico

A pandemia do coronavírus encontrou no Estado um quadro semelhante ao que se viu no mundo ocidental: despreparo do sistema de saúde pública para enfrentar uma crise desta proporção, em parte por volume inédito de atendimentos, em parte por desinvestimento continuado em saúde pública. Faltam testes e EPIs e há carência de ventiladores e respiradores mecânicos.

Existem no Estado 3.500 leitos de UTI na rede pública, dos quais pouco mais de 1.900 na cidade de São Paulo, o epicentro da crise. Até junho, está projetada a abertura de 1.524 leitos especializados. Já na rede privada, existem cerca de 3 mil leitos de UTI na Capital. Dos 16 hospitais públicos existentes, 9 foram credenciados para atendimento de casos de coronavírus. Existem 85.800 trabalhadores públicos de saúde na Capital, entre concursados e terceirizados, dos quais 3.600 estavam afastados, com cerca de 600 doentes por coronavírus; 11 trabalhadores de saúde mortos pela Covid 19 até 16/03.

A pandemia segue uma ascensão em curva explosiva de contágio e mortes, como em outros países. Em 16/03, três dos nove hospitais públicos, na Zona Leste da cidade tinham 100% dos leitos de UTI ocupados. A previsão é de que na primeira quinzena de maio, toda a capacidade de leitos na Capital esteja esgotada. A epidemia chegou com força aos bairros populares.

As principais medida do governo Doria foram:

-Decreto estabelecendo o distanciamento social, em 24 de março, e prorrogação do mesmo para 10 de maio;

-Remanejamento de leitos na rede e ampliação da capacidade da mesma com a construção de hospitais de campanha, notadamente Pacaembu e Anhembi;

-Criou um índice para medir o isolamento das pessoas, segundo o qual, nas melhores medições, havia 59% de recolhimento, ante um índice ótimo de 70%, para realizar com eficácia o achatamento da curva de contágios.

B. Crítica

-Falta transparência: grande subnotificação de casos;

-O governo do Estado administra a crise por decreto, com baixa interlocução com instituições e sociedade civil e com a própria Assembleia Legislativa;

-O distanciamento social é a única medida de grande visibilidade, faltando informações transparentes sobre o estado da infraestrutura de combate à Covid 19 (provisão de máscaras e EPIs, contratação de pessoal, convocação de concursados e medidas para atuar em cenários mais severos...);

-Contraste entre o baixo compromisso com a rede pública (recusa em reabrir o Hospital Sorocabano e em fazer gastos que impliquem despesa fixa, ex: não efetivação de concursados) e muito marketing em torno de apoio privado.

C. Ações da Bancada

Além de diversas iniciativas dos mandatos, a Bancada promoveu iniciativas coletivas. Podemos citar como exemplo o Projeto de Lei (PL 193/2020) que autoriza o governo do Estado a adotar medidas de emergência. O "Plano Emergencial para enfrentar o Coronavírus e seus efeitos na Economia" propõe as seguintes ações para segurança sanitária:

1. Cadastramento diário de leitos em UTIs das redes pública e privada de saúde, para fins de gestão estratégica de sua demanda, submetidos, todos, à governança das autoridades de saúde do Estado, que definirá critérios prioritários de uso e formas de remuneração da rede privada;

2. Aquisição e disponibilização imediata de testes de aferição da contaminação pelo novo coronavírus, em quantidade compatível com diretriz de testagem em massa da população do Estado de São Paulo;

3. Mobilização de equipamentos públicos e privados para instalação de hospitais de campanha no Estado de São Paulo;

4. Disponibilização de kits de higiene e de profilaxia para os profissionais da área de transporte e logística;

5. Adoção de medidas de reconversão industrial, mediante incentivo fiscal, para fabricação de equipamentos e insumos necessários para a segurança sanitária no Estado de São Paulo;

6. Adoção de medidas de estímulo à produção de alimentos, bebidas e fármacos no Estado de São Paulo, bem como à cadeia de abastecimento, mediante incentivo fiscal;

7. Mobilização de recursos, na forma de repasses, para os Municípios paulistas e para os consórcios intermunicipais de saúde, para adoção de medidas compatíveis com o interesse local e comum no contexto de enfrentamento da pandemia.

3. Educação
Karin Lucas

A. Diagnóstico

As ações do governo do Estado na área da educação deixa claro as intenções do governo em sucatear a educação básica, pública e de qualidade no Estado. Se utilizando do discurso da Pandemia o atual governador tem buscado agilizar uma redução dos investimentos na educação básica, com redução considerável da oferta da alimentação escolar, demissões de profissionais terceirizados, demissões de merendeiras e professores contratados, além da tentativa de redução de direitos, férias, décimo terceiro e bônus.

A luta por parte da categoria tem sido constante no intuito de criar uma mesa de negociação para debater e, conjuntamente, criar alternativas para crise. Porém o governador e seus secretários centralizam cada vez mais as decisões colocando nas costas dos trabalhadores da educação o custo da crise. De fundo fica evidente que são duas concepções de educação em disputa: o PT e a bancada de deputados na defesa da educação publica de qualidade e gratuita e por outro lado o governo com uma visão neoliberal de enxugamento das políticas públicas educacionais.

De fundo fica evidente que são duas concepções de educação em disputa: o PT e a bancada de deputados na defesa da educação publica de qualidade e gratuita e por outro lado o governo com uma visão neoliberal de enxugamento das políticas públicas educacionais.

No campo político pedagógico o mesmo debate. Enquanto defendemos uma concepção de educação como fruto da interação social o governo propõe uma política de ensino a distancia visando apenas o depósito de conhecimento, o que Paulo Freire conceitua como Educação Bancária: colocando o aluno em uma posição de receptor de conteúdos depositado pelo professor. Neste sentido, temos que tomar muito cuidado com a educação a distância. Não podemos baratear o processo de aprendizagem com improvisos, tentando nos igualar a pseudo educação domiciliar que grandes redes de escolas privadas oferecem. Educação presencial é inigualável, essa improvisação da educação a distância vai aumentar o fosso da desigualdade social e estraçalhar com a educação do básico ao superior.

A ambição do MEC e do Estado é justamente reduzir o número de professores com a educação a distância. Os professores tem sido constrangidos a utilizar ferramentas e sem tecnologia suficiente.

Quem sabe para enfrentar a crise tenhamos que garantir o direito a literatura a todos, além da comida precisamos passar a distribuir livros fartamente, promover atividades pedagógicas através de canais educativos e pensar na sociabilidade e interação pós pandemia, não em aprisionar os alunos e educadores com aulas e conteúdos. Repensar o que significa educar uma criança e propiciar seu desenvolvimento pleno. Reafirmando a concepção de uma educação processual e que respeito o tempo de desenvolvimento da criança.

As principais medida do governo Doria foram:

-Oferta de vale-cartão de R$ 55,00 para os alunos que comprovem cadastro único o que representa, atualmente, 700 mil alunos;

-Rompimento do contrato com a terceirizada da Alimentação Escolar, sendo demitidos todos os profissionais da alimentação escolar das escolas estaduais;

-Implantação da EAD sem tecnologia, equipamentos e formação adequada de professores;

-Rompimento de contrato com a categoria O – Professores contratados Cancelamento do Bônus e adiantamento do décimo terceiro salários.

B. Crítica

Luta e defesa permanente de um educação de qualidade emancipadora. O aluno não pode ser visto como um receptor de conteúdos, ele precisa interagir com os colegas e educadores. A EAD só aumentaria o processo de exclusão dos alunos e famílias que não tem acesso equipamentos e internet. Disputa de uma concepção de Educação. Educação é processo, sendo fundamental a interação e a mediação do educador. A tecnologia é um instrumento e não o fim do processo educativo.

C. Ações da Bancada

1.Compra de equipamentos como laptops educativos para todos os alunos da rede com acesso a internet;

2. Luta e defesa dos professores categoria "O". São mais de 40 mil professores que devem continuar com seus contratos de trabalho;

3. Reivindicação constante pela criação de uma mesa de negociação permanente para tratar destas e de todos as questões relacionadas ao momento atual da pandemia;

4. Luta pelo pagamento de bônus e adiantamento do décimo terceiro salário para todos os profissionais da educação;

5. Vale de alimentação escolar para todos os alunos da rede estadual de ensino;

6. Mudança do calendário letivo e oferta de programas educativos para os alunos da rede pelos canais de radio e tv com especialistas das áreas.

4**. Trabalho e Geração de Renda**
Edison Ignácio

A. Diagnóstico

Renda Básica Emergencial: Apesar do apoio unânime das elites e da mídia à agenda econômica de redução de direitos e precarização do trabalho do governo Bolsonaro a estagnação econômica já era uma realidade, o emprego apresentava sinais de piora, em fevereiro o número de desempregados foi de 12,3 milhões.

Com o início da quarentena as dificuldades financeiras da parcela mais vulnerável da população aumentaram significativamente, as famílias brasileiras necessitavam de apoio urgente para enfrentar o corona vírus, uma das alternativas era a implementação de uma política de Renda Básica Emergencial aos mais desprotegidos. O governo Bolsonaro se esquivou, tentou diminuir os impactos da COVID-19 e quando o brasileiro já enfrentava a fome apresentou uma proposta de destinação de R$ 200,00 por 3 meses, exclusiva aos profissionais autônomos.

Já o governo do estado apesar dos amplos poderes garantidos pelo Decreto nº 64.879/2020, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública pouco fez, criou por meio de resolução um Comitê Gestor da crise.

Já no âmbito municipal, a Prefeitura de São Paulo propôs a liberação de recursos vinculados dos fundos municipais para a utilização indiscriminada com qualquer projeto, não se comprometendo com a criação de uma política de distribuição de renda para população paulistana.

B. Crítica

Os deputados e senadores petistas, em conjunto com os demais partidos de oposição, demonstraram a fragilidade da proposta do ministro Paulo Guedes e do presidente Bolsonaro, criticando tanto o escopo, apenas profissionais autônomos, como o valor reduzido do benefício proposto em âmbito municipal.

Na capital paulista a bancada de vereadores petista cobrou da administração municipal um papel mais ativo em políticas de transferência de renda, a cidade que encerrou o ano de 2019 com mais de R$ 12 bilhões em caixa poderia arcar com políticas de transferência de renda aos mais necessitados, ampliando o número de munícipes com acesso a renda.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a bancada do PT apesar de ter criticas a forma como veio o decreto de pandemia apoiou a urgência, mas fez duras criticas e ressalvas, salientado que o momento exigia união de todos mas não poderia ser uma carta branca ao governador.

C. Ações da Bancada

No Congresso Nacional a oposição derrotou o governo Bolsonaro com a aprovação do auxílio emergencial de R$ 600,00 que incluiu todos sem emprego formal, maiores de 18 anos, que não esteja recebendo outro benefício do governo federal e que tenha renda familiar de até 3 salários mínimos.

Na cidade de São Paulo a bancada de vereadores petista apresentou emenda para que todos os recursos dos fundos municipais fossem comprometidos com ações decorrentes da pandemia do Corona vírus, e que estes custeassem a criação da Renda Básica Emergencial, destinada a famílias com renda de até 3 salários mínimos, inscritas no CAD Único, trabalhadores informais, MEI, catadores e ambulantes.

No legislativo estadual não foi muito diferente a ação dos nossos deputados, sempre pensando em como resolver os problemas do cidadão do Estado de são Paulo fizeram varias propostas em projetos de lei que vai desde distribuição de álcool gel e máscaras ate isenção de impostos, além de uma proposta da bancada através do Projeto de Lei 193/2020 que propõe diversas medidas para conter a pandemia e reduzir seus impactos econômicos e sociais, mostrando assim a concepção do modo petista de governar.

Sugestão: tendo em vista todo o problema que estamos vivendo sob o efeito da pandemia, sugerimos às nossas bancadas a ficarem atentas aos problemas de preços dos alimentos em geral. Em conversa com o grupo agrário estamos sugerindo que façamos pressão nos órgãos de fiscalização, enviando solicitação de informação e toda entrevista que por acaso nossos parlamentares forem dar possam se manifestar no assunto, pois vivemos momentos em que a falta de transparência pelos órgãos públicos esta em alta.

5. Agricultura e Alimentação
Alberto Vasquez

A. Diagnóstico

É mais do que provável que a crise econômica e social decorrente do coronavírus esteja colocando em risco a continuidade de boa parte dos agricultores familiares na atividade, interrompendo a produção de alimentos e a geração de renda agrícola desses empreendimentos. De uma vez só, estão ameaçados o direito à alimentação para quem vive na cidade e a renda dos que vivem no campo.

A crise desorganizou muitos circuitos de comercialização de alimentos, especialmente os mais perecíveis, levando a perdas de 40% a 70% da produção. Isto porque houve uma mudança de perfil dos consumidores paulistas que têm buscado se resguardar, comprando alimentos estocáveis, substituindo a alimentação na rua pela refeição em casa e buscando adequar o tipo de compra à sua imediata perda de poder aquisitivo (FSP 2020, “Produtor rural destrói toneladas de alimentos no cinturão verde de São Paulo”). O prejuízo do setor afastará muitos agricultores da atividade de produção de alimentos. Em pouco tempo essa diminuição levará a escassez que por sua vez gerará inflação e, pior, falta de alimentos na mesa dos paulistas.

Apesar dos amplos poderes garantidos pelo Decreto de Calamidade Pública, o governo estadual pouco fez. Criou um Comitê Gestor da crise na Secretaria da Agricultura que deveria analisar a situação da produção agrícola paulista e o abastecimento das cidades, além de propor novas ações. Não há notícias de relatório, balanço ou propostas desse Comitê Gestor.

Tudo que se sabe é que os serviços públicos voltados para o agricultor estão prejudicados. Os escritórios de desenvolvimento regional da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Escritórios do ITESP (responsável pelos assentamentos e quilombolas) estão com atendimento presencial suspenso, sendo garantindo orientação técnica por meio de telefone, e-mail e WhatsApp. Mais recentemente, no dia 18 de abril, o ITESP lançou um diminuto edital de compras de gêneros alimentícios dos assentados e quilombolas para entregar a populações vulneráveis.

B. Crítica

O pequeno número de ações do governo estadual e a falta de diálogo com as representações dos agricultores, da sociedade civil e do poder público são a principal crítica. O governo estadual precisa abrir canais de comunicação para que, além da crítica, possa incorporar ações que evitem o agravamento da crise do Coronavírus. O Conselho de Segurança Alimentar do Estado de São Paulo – CONSEA - e o Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CEDAF são espaços construídos com as representações da sociedade civil que devem ser retomados.

A ação imediata mais impactante demandada pelas organizações de agricultores é a realocação de recursos para crédito. Devem-se organizar linhas de crédito emergencial voltada para os agricultores que estão sem recursos para o custeio, garantindo a produção de alimentos especialmente de hortaliças e verduras.

Em segundo lugar, é necessário a retomada de uma vigorosa política de compras institucionais com a correta aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, e do PPAIS - Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social.

C. Ações da Bancada

A Bancada do PT busca apoiar todas as pautas dos agricultores familiares para recuperação de sua capacidade produtiva e defende uma política emergencial de segurança alimentar. A síntese dessas reivindicações já foram encaminhas para o Secretário de Agricultura e Abastecimento por meio de ofício e estão incorporadas do Plano Emergencial proposto pela Bancada que foi enviado ao Governador.

Busca-se uma interlocução, que poderia ser por meio de reunião virtual com o secretário de cada pasta, para apresentar propostas e cobrar ações antes que a crise se agrave ainda mais.

6. Mobilidade e Transportes

Ailton Azevedo

A. Diagnóstico

Transporte Metropolitano de passageiros: A prestação do serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros por ônibus, da Região Metropolitana de São Paulo, neste momento está sendo executada com 40% da frota operacional. A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos S/A – EMTU não emitiu protocolo para prestação do serviço de transporte coletivo intermunicipal metropolitano. A EMTU oficialmente não divulgou o percentual da demanda.

As empresas Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM responsáveis pela operação do sistema metroviário e sistema ferroviário, respectivamente, mantiveram os procedimentos operacionais de rotina, e apenas reduziram a 40% a oferta de viagens em suas linhas.

Os sistemas metroviário e ferroviário públicos registraram queda de 80% no número de passageiros transportados/dia. O sistema metroviário concessionado, linhas 4 – Amarela e 5 – Lilás, opera nas mesmas condições que o público e registra a mesma queda de passageiros transportados/dia.

Transporte Intermunicipal Rodoviário Regular: A ARTESP editou após as medidas de isolamento, ato que estabeleceu um protocolo temporário de operação e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros.

No geral as empresas permissionárias do Sistema de Serviço Intermunicipal de Transporte Coletivo (Serviço Regular) deverão operar no mínimo 1/3 (um terço) dos horários efetivos estabelecidos em Tabelas de linhas aprovadas pela ARTESP e a frota será a adequada ao cumprimento da programação horária obrigatória.

Quanto a higienização o protocolo estabelece que os veículos rodoviários deverão ser higienizados antes do embarque dos passageiros, podendo ser higienizados nas próprias garagens. Os veículos suburbanos, linhas de pequenas quilometragens (de até 40 ou 60 Km), que interligam dois ou três municípios, deverão ser higienizados nos terminais suburbanos antes do embarque dos passageiros, devendo, a empresa, manter nos terminais, pessoas devidamente capacitadas e equipadas para realizar a higienização.

O protocolo não estabelece lotação máxima para os veículos, coíbe excesso de lotação dos veículos. Exige que nos ônibus suburbanos não haja transporte de passageiros em pé.

Fretamento: Sobre a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros por fretamento, o protocolo chama a atenção de que a regulamentação é a que preconiza o Decreto 29.912/89 e, é expressamente vedada a cobrança individual de passagem. E, determina que os veículos do sistema de fretamento deverão ser higienizados antes do embarque dos passageiros, podendo ser higienizados nas próprias garagens.

Infraestrutura viária: As estradas estaduais concessionadas e não concessionadas estão operando normalmente, porém alguns municípios têm criado barreiras sanitárias nos acessos aos mesmos. As barreiras sanitárias não têm causado prejuízo ao abastecimento de produtos essenciais. Também, não há registro de prejuízo ao deslocamento de moradores ou pessoas que exerçam atividades essenciais, por conta das barreiras sanitárias.

B. Crítica

Sendo a atividade de transporte um serviço essencial quer para o deslocamento de bens ou pessoas, as autoridades de governo deveriam elaborar plano operacional emergencial de pandemia, em suas respectivas áreas, para a sociedade.

C. Ações da Bancada

A Bancada propôs a suspensão da cobrança de pedágios durante o período de pandemia, a obrigação de fornecimento de EPIs e álcool em gel aos trabalhadores que continuam em atividade laboral por parte das concessionárias, e medidas para solucionar a falta de locais para fornecimento de alimentação para os motoristas que precisam viajar.

7. Assistência Social e Direitos Humanos
Rildo Marques de Oliveira

A**. Diagnóstico**

Entendemos que a POP RUA e o SISTEMA PRISIONAL serão os mais atingidos pela crise gerada pela Pandemia do COVID 19, seja pelas restrições da desigualdade social, seja pela condição humana propícia a velocidade de contaminação do vírus.

Estes grupos de pessoas já estavam em situação de ampliação de vulnerabilidade antes da pandemia, pois já estavam em situação de invisibilidade política e social, se considerarmos as políticas aplicadas seja pelos vários níveis de governo, sobretudo por diminuição drásticas de recursos empregados nos orçamentos públicos, ora por queda de arrecadação, ora por concepções ideológicas contrárias aos princípios e diretrizes legais dos direitos humanos, retirando o estado da regulação das políticas e ações frente as demandas.

População de rua: A falta de transparência nos dados oficiais como quantidades de pessoas em situação de rua em todo Estado, bem como a massa de recursos entre Estado e Municípios destinados a assistência, já era ruim antes da pandemia. Apenas o Município de São Paulo, oportunizou a produção de um senso para auferir a quantidade de pessoas em situação de rua.

Apesar de falhas de critérios por erros de escolhas de indicadores, como apontam pesquisadores da FIPE, o senso aponta que a Capital possui em torno de 25 mil pessoas em situação de rua. Os movimentos sociais avaliam haver pelo menos 40 mil pessoas em situação de rua na Capital. Estima-se entre 60 a 80 mil pessoas em situação de rua em todo Estado.

Falta uma política de assistência para população de rua. A Lei Estadual 16.544/17 que cria a política estadual para a população de rua está paralisada na ALESP desde 2017 aguardando votação dos vetos do governador.

Não há informações organizadas sobre medidas implantadas pelos Municípios. O Estado não informa quais orientações há para os municípios na Pandemia. A relação entre Estado e Municípios anteriormente à Pandemia se resumia à internação de usuários e dependentes de álcool e drogas (Programa RECOMEÇO), e a manutenção dos restaurantes do Bom Prato, que forneciam apenas almoço, e passaram a fornecer jantar.

Muitas pessoas que poderiam receber os R$ 600,00 do programa federal estão com dificuldade de acessar em razão do formulário e método, ora por documentos, ora por questões do celular, ora por outras questões não praticas e que dificultam o acesso.

Não tem sido detectada nenhuma ação pelo Governo do Estado para pop rua. A maior preocupação recai sobre as regiões do estado em que não se tem informações de ações que as prefeituras estão adotando. Não há conhecimento de criação de um comitê ou mesa de trabalho que poderia, em tese, angariar informações e servir como ponto de irradiação de medidas em parcerias com os Municípios.

A PMSP tem adotado algumas medidas. Estabeleceu 6 (seis) centros de acolhida com quase 794 vagas para acolher população de rua contaminados e em convalescência e criou uma rede de solidariedade para distribuição de alimentos e material de higiene com a iniciativa privada e terceiro setor. Mas propriamente dito não gerou uma política de alimentos e nem de higienização de saúde na rua que se resumiu à instalação de 6(seis) pontos de água para higienização no centro da cidade.

Sistema Prisional: O Estado possui cerca de 250 mil presos/as em mais de 211 unidades prisionais e aproximadamente 5 mil adolescentes no sistema socioeducativo em mais de 60 unidades. Há unidades prisionais com número de pessoas acima da capacidade, como exemplo 20 em celas dimensionadas para 8 pessoas, sobretudo em unidades de prisões provisórias que abrigam pessoas ainda condenadas.

A SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) não fornece qualquer tipo de informação acerca de suas ações internas nos presídios. Toda informação que temos vem através dos familiares e das visitas fiscalizatórias da Defensoria Pública, Pastoral carcerária e CONDEPE.

A ausência de informação é crítica, pois no sistema, nem tudo depende do Governo, havendo frequente dependência do Poder Judiciário. A SAP só pode tomar medidas internas e devido à lotação não há como esvaziar as unidades através de outros métodos de cumprimento das penas sem que haja deliberação do Poder Judiciário.

Há noticias pelo “Movimento Mães do Cárcere” de contaminação em pelo menos 3 (três) unidades (Getulina, Parada Neto e Caraguatatuba) que precisam ser apuradas. A Defensoria Pública estima que haja subnotificação ante a existência de grande número de presos com tuberculose e doenças preexistentes compatíveis para desenvolvimento fatal do vírus. Estima-se que pelo menos 4 mil presos/as estão no grupo de risco direto.

Por segurança à saúde as visitas foram proibidas, inclusive por ordem judicial de ação impetrada pelo sindicato dos trabalhadores. Faltam noticias sobre medidas de higienização e de prevenção de saúde, como distribuição de mascaras e álcool em gel. Os postos médicos dentro do sistema prisional não possuem condições de fazer frente ao tratamento e não sabemos se estão funcionando e em que escala.

Não há informações confiáveis sobre presos/as e ou trabalhadores infectados e em tratamento ou sobre óbitos, e não há informações sobre as causas de mortes ocorridas nos mês de março e abril, havendo receio de estar havendo subnotificação para não alarmar o sistema.

Os alimentos jumbos podem ser enviados via correio, desde que não sejam perecíveis. Medida correta para se evitar contaminação.

B. Crítica

População de rua: Falta política de assistência à pop rua no Estado. Os movimentos socais não concordam com o veto do governador a Lei 16.544/17. Não há auxílio aos Municípios com dificuldades e nem conhecimento sobre quais são as dificuldades dos Municípios para proteger esta população. Falta senso da pop rua no estado para saber quantas pessoas precisam de proteção e assistência e estimar o volume de recursos necessários ao enfrentamento da crise.

O Bom prato não está funcionando adequadamente, com muitos problemas em algumas unidades, e precisaria dispor também do café da manhã além da janta. Não há nenhuma campanha de solidariedade liderada pelo Governo, quanto a questão da alimentação, vestimentas de frio e cuidados de higiene.

Há apenas 12 mil vagas nos centros de acolhida na cidade de São Paulo, já considerando os que foram abertos recentemente para o enfrentamento da pandemia, e a pop rua está tendo dificuldade para acessar o programa federal para receber os R$ 600,00.

Há muita preocupação ante informações sobre a preparação de valas para sepultamento coletivo que precisam ser apuradas. A população de rua não pode ser tratada como indigente, merecendo sepultamentos dignos como qualquer cidadão.

Sistema prisional: A falta de visitas é crucial para o preso/a que já está em isolamento social, e sem a visita seu isolamento passa a ser universal. Nas cadeias em que há televisão ainda há contato externo, o que acaba por preocupar tanto os familiares como os presos que não podem adotar medidas de autoproteção, pois estão totalmente dependentes da SAP.

Poder-se-ia adotar modelos de visita online, como está sendo feito no estado do Maranhão, o que aliviaria o sistema e seus familiares, e assim teríamos narrativas dos próprios presos. Também poder-se-ia instalar telefones públicos para que os presos pudessem se comunicar com familiares por 5 minutos. O telefone público é rastreável, podendo ser controlado pelo estado para evitar que os presos se socorram do crime organizado com o uso de telefones ilícitos a favores escusos.

As famílias têm dificuldades financeiras para enviar os jumbos pelos correios que auferidos por peso encarecem muito. O estado poderia criar um canal gratuito, já que os alimentos são complementares e que ele estado não fornece.

C. Ações da Bancada

1.Foram apresentados projetos de lei obrigando a distribuição de álcool em gel para higienização e EPIs;

2. Foi apresentado projeto de lei para que a rede de restaurantes Bom Prato forneça café da manhã, almoço e janta;

3. Está sendo feito acompanhamento das demandas dos movimentos sociais, pastoral da rua, rede rua, Franciscanos e etc.;

4. Foi feita ação em conjunto entra as bancadas estadual e municipal contra o fechamento do Atende 2 pela prefeitura mesmo após a expedição de liminar no dia 8 de abril contra o fechamento do equipamento;

5. A bancada tem feito gestões junto a Secretaria de Segurança Pública contra a violência rotineira praticada pela Policia Militar contra o fluxo da população na região da cracolândia;

6. Está sendo tentada marcar uma reunião e estabelecer um canal de diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Social;

7. Após reunião online com o Presidente do Tribunal de Justiça e com a participação de representantes de vários partidos, quando o PT foi representado pela Deputada Beth Sahão (presidente da Comissão de Direitos Humanos) e pelo Deputado Luiz Fernando Teixeira (membro da Comissão de Segurança e Sistema Prisional da ALESP), para discussão sobre os problemas relacionados à pandemia no sistema prisional, e cujo resultado não foi satisfatório, a Bancada fez um oficio para o Presidente do Tribunal de Justiça solicitando o cumprimento da Recomendação 62/2020 do CNJ, para a proteção dos presos contra a pandemia;

8. Está sento tentada marcar uma reunião e estabelecer um canal de diálogo com Secretaria de Secretaria de Administração Penitenciária.

ANEXO. Quadro de Proposituras de iniciativa das Deputadas e dos Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, até 23 de abril de 2020:

PROPOSITURAS PARLAMENTARES				
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo				
COVID - 19				
23 de abril de 2020				
Tipo	**Número**	**Autor**	**Partido**	**Objeto**
PL	102	Beth Sahão	PT	Autoriza o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, a fornecer gratuitamente álcool em gel para as famílias de baixa renda do Estado, de modo a prevenir a disseminação do coronavírus e outros microrganismos patológicos causadores de epidemias respiratórias.
PL	143	Luiz Fernando T. Ferreira	PT	Reduz os subsídios dos Deputados Estaduais durante o período do estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia de coronavíus - COVID-19.
PL	157	Dr. Jorge do Carmo	PT	Autoriza o Poder Executivo a isentar os mutuários de programas habitacionais de baixa renda do pagamento de prestações e taxas durante a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus - COVID 19.
PL	158	Paulo Fiorilo	PT	Define medidas econômicas e sociais visando à mitigação dos efeitos da pandemia do novo coronavírus - COVID-19 no âmbito do Estado.
PL	159	Paulo Fiorilo	PT	Altera a redação da Lei nº 7.835, de 08 de maio de 1992, que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos e dá providências correlatas, para vedar a interrupção da prestação de serviços públicos em decorrência da epidemia do novo coronavírus - Covid-19.
PL	168	Enio Tatto	PT	Suspende a cobrança de pedágio nas rodovias do Estado durante o período de calamidade pública.
PL	193	Professora Bebel + Teonilio Barba	PT	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas emergenciais face à pandemia de COVID-19.
PL	194	Professora Bebel	PT	Isenta pessoas físicas e jurídicas do pagamento de tarifas sobre serviços prestados por empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias, em razão da pandemia de coronavírus.
PL	195	Professora Bebel	PT	Obriga o Poder Executivo a garantir a segurança sanitária dos estudantes e dos profissionais de educação durante a pandemia de coronavírus.
PL	196	Professora Bebel	PT	Torna obrigatória a antecipação do repasse dos recursos das emendas parlamentares impositivas destinadas a suprir necessidades na área da saúde.
PL	199	Márcia Lia	PT	Estabelece multa para quem divulgar notícias falsas ("fake news") por meio eletrônico sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado.
PL	200	Beth Sahão	PT	Torna obrigatória a realização de testes para a detecção do novo coronavírus causador da COVID-19.
PL	209	Luiz Fernando T. Ferreira	PT	Estabelece penalidades para elevação injustificada de preços de insumos, produtos ou serviços utilizados no combate e prevenção à contaminação do novo coronavírus - COVID-19.
PL	210	Luiz Fernando T. Ferreira	PT	Estabelece medidas de proteção a pessoas físicas e jurídicas frente ao estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19.

PL	213	Márcia Lia	PT	Autoriza a criação de uma linha de crédito emergencial do FEAP para agricultores familiares, pequenos produtores, pescadores artesanais, assentados, populações indígenas e quilombolas, cooperativas e associações durante a vigência do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, que reconheceu estado de calamidade pública em todo o Estado.
PL	219	Professora Bebel	PT	Autoriza o Poder Executivo a criar programa de crédito especial desburocratizado para assentamentos e pequenos agricultores do Estado.
PL	222	Dr. Jorge do Carmo	PT	Autoriza o Poder Executivo a utilizar recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para assistir famílias situadas em áreas de alta vulnerabilidade social, durante a pandemia do novo coronavírus - COVID-19.
PL	228	Enio Tatto	PT	Determina que o repasse de R$55,00 por mês seja ampliado e garantido para todos os alunos da rede pública como alternativa para a merenda escolar durante o período de calamidade pública nos termos do Decreto nº 64.879/2020 no âmbito do estado de São Paulo.
PL	229	Enio Tatto	PT	Institui a distribuição de cesta básica para alunos matriculados na rede estadual de educação, ETEC'S e FATEC'S durante o período de vigência do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 que trata do estado de calamidade pública.
PL	232	Professora Bebel	PT	Autoriza o Governo do Estado a tomar medidas que garantam segurança sanitária e alimentar, protejam o trabalho e a atividade produtiva e estabeleçam regime especial de tarifação para os serviços públicos durante o Estado de Calamidade Pública relacionado à infecção causada pelo Coronavírus
PL	239	Beth Sahão	PT	Suspende o pagamento de jetons e demais remunerações e/ou gratificações de qualquer natureza aos membros dos conselhos de administração e dos conselhos fiscais das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas do Estado durante a pandemia de Covid-19.
PL	243	Enio Tatto	PT	Torna obrigatório o uso e fornecimento de máscaras e álcool gel, bem como a aferição de temperatura, em estabelecimentos privados determinados por atividades essenciais, como medida de enfrentamento ao novo coronavírus no âmbito do Estado.
PL	244	Enio Tatto	PT	Obriga o poder público a fornecer e incentivar o uso de máscaras, álcool gel e equipamento de aferição de temperatura em organizações não governamentais de assistência social que prestam serviços de enfrentamento ao novo coronavírus no âmbito do Estado.
PL	245	Márcia Lia	PT	Autoriza a criação das linhas de Crédito FEAP Emergencial e Microcrédito FEAP Emergencial para os agricultores familiares, pequenos produtores, pescadores artesanais, assentados, populações indígenas e quilombolas, suas cooperativas e associações, durante a vigência do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, que reconheceu estado de calamidade pública em todo o Estado.
PL	247	Luiz Fernando T. Ferreira	PT	Dispõe sobre a suspensão temporária dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de São Paulo, como medida de combate e prevenção à contaminação do novo coronavírus (COVID-19).
PL	250	Paulo Fiorilo e José Américo	PT	Altera a Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD visando à mitigação dos efeitos da pandemia do novo coronavírus - COVID 19 no âmbito do Estado de São Paulo.
PL	251	Enio Tatto	PT	Insere no rol de grupo de risco as pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA durante o período da pandemia no âmbito do estado de São Paulo

PL	258	Márcia Lia	PT	Fica autorizado o Poder Executivo a promover medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços e outras medidas em face da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes do coronavírus, no âmbito do Estado de São Paulo.
PL	262	Luiz Fernando T. Ferreira	PT	Dispõe sobre a suspensão temporária da cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado no Estado de São Paulo em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19
PL	271	Paulo Fiorilo	PT	Altera a Lei nº 17. 245, de 17 de janeiro de 2020 para reduzir temporariamente o valor do subsídio mensal dos Deputados Estaduais membros da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo enquanto perdurar a declaração do estado de calamidade no âmbito do Estado de São Paulo.
PL	272	Emidio de Souza	PT	Dispõe sobre as medidas sanitárias a serem observadas nos próprios da administração direta, indireta e funcional do Estado de São Paulo para a contenção da expansão da Covid-19.
PL	273	Emidio de Souza	PT	Dispõe sobre as medidas sanitárias a serem observadas nos estabelecimentos comerciais do Estado de São Paulo para a contenção da expansão da Covid-19.
PL	274	Emidio de Souza	PT	Dispõe sobre a concessão de gratificação de insalubridade aos servidores públicos no estado de São Paulo vinculados ao Sistema Único de Saúde que atuam no tratamento dos pacientes infectados com a Covid-19
PL	275	Emidio de Souza	PT	Garante aos profissionais do Sistema Único de Saúde que especifica a reserva de leitos para tratamento da Covid-19
PR	10	Luiz Fernando T. Ferreira	PT	Reduz os valores passíveis de reembolso a título de Auxílio-Encargos Gerais de Gabinete de Deputado e de Auxílio-Hospedagem por parte dos Deputados Estaduais durante o período do estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia de coronavírus - COVID-19.

- documento finalizado em 23 de abril de 2020 -

LIDERANÇA DO PT | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

https://www.ptalesp.org.br | acompanhandopt13@gmail.com | (11) 3886.6442